

FORMAÇÃO  
2013

# QUAL É A MISSÃO DUMA AUTARQUIA

PEDRO OLIVEIRA PINTO



## **Missão Autarquia**

No quadro de uma nova ordem mundial, onde o poder público é convocado a agir em prol do desenvolvimento das matrizes económicas, onde a concorrência pelos investimentos escassos é crescente e onde se aprofundou o problema do desemprego estrutural, torna-se urgente para os governos locais a elaboração de políticas públicas e privadas que potenciem os fatores locais, transformando-os em vantagens competitivas.

É a nível local que as consequências das falhas de mercado se apresentam mais perceptíveis, tornando cada vez mais a administração pública local num agente ativo das mudanças necessárias, cabendo-lhes a responsabilidade de formular e implementar estratégias que tornem os seus territórios mais competitivos.

A redefinição do papel do Estado, nas últimas décadas, tem assentado em premissas que contribuem para a revalorização do poder local (ainda insuficiente ao nível dos meios), designadamente através de propostas de descentralização que têm assumido contornos diferentes em cada um dos países em que foram implantadas.

A implantação do regime democrático em Portugal permitiu a consagração de direitos, liberdades e garantias inalienáveis aos cidadãos, estabelecendo os princípios basilares da democracia e assegurando o primado do Estado de Direito democrático, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Mas a construção do Portugal democrático não se fez “por decreto”. A verdadeira democratização fez-se pelas mãos das autarquias na construção de um país mais justo e mais equilibrado, território a território.

No limiar de Abril de 1974, quase tudo estava por fazer. Tornava-se imperativo “fazer o que é necessário” e foram os Governos Locais que abraçaram várias gerações de desafios e garantiram o acesso das populações a serviços tão elementares como a água e o saneamento, a energia elétrica e a iluminação pública, as vias e os arruamentos, a educação e o apoio social, a prática desportiva ou a fruição cultural, entre tantos outros.

Num país tão desigual, onde cada território encontrava um ponto de partida diferente, com necessidades de investimento também diferentes, os Governos Locais ajudaram a transformar Portugal, contribuíram para a correção das desigualdades e das assimetrias e deram aos cidadãos aquilo que podemos considerar o verdadeiro acesso à democracia - a oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida.

Hoje, ao fim de 38 anos de democracia, constata-se na percepção pública da atividade do Poder Local um enorme paradoxo: por um lado, as populações sentem a importância dos seus Governos Locais e participam ativamente na vida social, económica e política local,

demonstrando muitas vezes uma interessante e assinalável capacidade de organização em defesa dos seus territórios e das suas autarquias; mas, por outro lado, há uma tendência generalizada na “opinião pública publicada” de ataque indiscriminado ao poder local e aos eleitos locais, como que menorizando o seu papel na democracia e na construção do desenvolvimento do país.

Os governos locais desempenham hoje, mais do que nunca, um papel de catalisador no processo de desenvolvimento local, em virtude da sua legitimidade democrática, da sua proximidade aos cidadãos e da sua capacidade de mobilização dos atores locais. O reforço da competitividade de um território assenta precisamente na capacidade de definição de estratégias participadas e com elevado sentido coletivo, ultrapassando os constrangimentos históricos impostos por uma visão restritiva das competências dos governos locais.

Os governos locais têm mudado as suas formas de gerir os territórios, utilizando novas técnicas de planeamento e gestão dirigidas ao desenvolvimento urbano. A gestão de um governo local orientada para a competitividade e sustentabilidade económica de um território caracteriza-se por um conjunto de apostas que ultimamente extrapola o espectro do poder de decisão dos governos locais, designadamente através do surgimento e configuração de um ambiente profundamente dinâmico e complexo que assenta:

- nas apostas na competitividade económica e social;
- na promoção do empreendedorismo local;
- na fixação e captação de população;
- na captação de investimento;
- no reforço das qualificações dos cidadãos;
- na preocupação com a sustentabilidade e com a eco-eficiência;
- na aposta na coesão territorial;
- no envolvimento dos cidadãos e no aprofundamento da democracia;
- na preocupação com a igualdade de oportunidades para todos.

Mas não é apenas em novas esferas de atuação e em novas abordagens de desenvolvimento que os governos locais hoje se concentram. É também na forma como agem pela coisa pública, nos novos instrumentos e nos novos modelos de atuação que começam a ter à sua disposição, num quadro, apesar de tudo, de redução substancial de recursos e de aumento exponencial de ameaças.

Os governos locais em Portugal atravessam uma fase de desafios importantes, especialmente se pensarmos que está em curso um processo generalizado de reforma de todo o edifício normativo que regula o exercício do poder autárquico.

O dealbar do século XXI trouxe uma nova realidade para o municipalismo em Portugal. Desde esse momento que o País tem vindo a assistir a uma profunda transformação do enquadramento jurídico e financeiro que regula a vida das autarquias e do poder local. A evolução da conjuntura económica e financeira de Portugal e da Europa, juntamente com os novos modelos de gestão, de regulação e de racionalização económica e financeira que têm vindo a ser implementados ao longo da última década, motivaram um novo paradigma de Governo Local e um novo paradigma de políticas públicas de base local.

O esforço de consolidação orçamental e de redução do défice a que os sucessivos Governos de Portugal se têm comprometido desde 2001 passou a ditar um controlo mais apertado sobre os modelos de financiamento e sobre os regimes de endividamento das autarquias locais.

Todas estas alterações revestiram-se de um carácter estrutural:

- os modelos de financiamento autárquico alteraram-se significativamente, passando os Municípios a estar obrigados ao desenvolvimento de modelos otimizados de gestão autárquica;
- a concorrência entre Estados, entre regiões e entre Municípios obrigou a que cada um dos agentes públicos otimizasse os níveis de oferta dos seus serviços, sendo que grande parte da competitividade dos territórios passou a depender também da sua gestão pública;
- as políticas de consolidação orçamental, o direito comunitário, e os contribuintes em geral, obrigaram à criação de modelos mais racionais de gestão autárquica, capazes de potenciar as receitas próprias sem agravamento da despesa pública.

É hoje consensual que um novo paradigma de Governo Local está a surgir, ainda que, no entanto, importe salientar que há ainda um caminho importante a fazer no que concerne a todo o enquadramento legislativo e financeiro que deve, definitivamente, estar assente em dois pressupostos essenciais:

- garantir estabilidade, lealdade e previsibilidade legislativa, de forma a possibilitar um correcto planeamento de médio e longo prazo que preserve a autonomia dos Governos Locais (evitando surpresas anuais com os Orçamentos de Estado);
- delimitar e hierarquizar claramente as competências pelos diversos níveis de administração, defendendo o princípio da subsidiariedade.

É fundamental que o Poder Local seja cada vez mais um agente de desenvolvimento e que este papel seja reconhecido pelos outros níveis de poder. Afinal, é em cada território que nasce cada dinâmica que fortalece o todo – Portugal.